

**Objetivo:** Avaliar a variação percentual da cobertura vacinal do PNI para imunizantes ofertados no primeiro ano de vida no estado da Bahia, entre 2013 e 2021.

**Método:** Trata-se de um estudo transversal utilizando como base de dados o TABNET/DATASUS, coletados em abril de 2022, referente ao estado da Bahia, no período de 2013 a 2021. Os dados foram tabulados no Excel 2019, onde foi realizado o cálculo de percentual de variação da cobertura vacinal no período estudado.

**Resultados:** Entre 2013 e 2021, foi observada redução na cobertura vacinal de imunizantes ofertados no primeiro ano de vida, em ordem decrescente: febre amarela (-45%); BCG (-44%); primeira dose de Tríplice viral (-43%); Poliomielite (-40%); primeiro reforço de pneumocócica e meningocócica C (-39%); primeiro reforço de meningocócica C (-37%); rotavírus humano (-33%); pneumocócica (-32%) e pentavalente (-30%).

**Conclusão:** Desse modo, identifica-se no estado da Bahia um preocupante cenário relacionado às baixas taxas de cobertura vacinal no período estudado. Apenas dois, dos nove imunizantes preconizados pelo PNI para a faixa etária de até um ano, não registram queda na cobertura. Essa tendência se alinha ao fenômeno que vem sendo identificado no cenário nacional nos últimos anos e que se agravou no ano de 2020, quando nenhuma das vacinas do calendário da criança atingiu as metas de coberturas. Supõe-se que tal realidade tenha estreita relação com o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, que provocou muitas faltas nas atualizações vacinais. Cabe ressaltar a importância da vacinação como uma indispensável e eficaz medida de saúde pública a fim de conter e erradicar enfermidades imunopreveníveis. Sendo assim, urge a busca de estratégias para redução das taxas de abandono do esquema vacinal no estado da Bahia. O principal viés do estudo é a subnotificação.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102505>

EP-071

#### A COBERTURA VACINAL DOS IMUNIZANTES CONTRA O SARAMPO ENTRE AS CAPITALS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2017-2021

Mariana Souza Santos Oliveira,  
Gilmar Santos Oliveira Junior,  
Lindracy Luara Bollis Caliarri,  
Caroline Castro Vieira, Flávia de Souza Santos,  
Wemerson Oliveira Freitas,  
Geser Mascarenhas de Barros,  
Keila da Silva Goes di Santo,  
Áurea Angelica Paste

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador,  
BA, Brasil

**Introdução:** Apenas três anos após a certificação de erradicação do sarampo, o Brasil passou, em 2018, a registrar novos casos da doença. A principal forma de prevenção desse agravo é a vacinação, e o Programa Nacional de Imunizações (PNI) preconiza o início aos 12 meses com a primeira dose da vacina Tríplice Viral (sarampo, caxumba e rubéola) e uma

segunda dose aos 15 meses. Contudo, têm-se observado uma substancial queda na cobertura nacional, não sendo capaz de atingir a cobertura vacinal de 95% das crianças de até 1 ano de idade.

**Objetivo:** Analisar e comparar a cobertura vacinal das duas doses da Tríplice Viral entre as capitais do Brasil entre os anos de 2017 e 2021.

**Método:** Trata-se de um estudo ecológico com dados extraídos do TABNET/DATASUS, coletados em abril/2022, referente cobertura vacinal, da primeira (D1) e segunda (D2) doses da Tríplice Viral, nas capitais brasileiras, no período de 2017 a 2021. Os dados foram tabulados no Excel 2019, onde foi realizado o cálculo de percentual de variação da cobertura vacinal no período estudado.

**Resultados:** Durante o período de 2017-2019 identificou-se que a cobertura vacinal com as duas doses da Tríplice Viral esteve abaixo de 60% em 5 capitais: Belém (57,62%), São Luís (55,84%) Teresina (48,71%), Natal (33,27%), Florianópolis (44,22%). Nos anos de 2020 e 2021 essa frequência aumentou consideravelmente, passando a 9 capitais em 2020, destacando-se São Luís (33,2%) e em 2021, 15 capitais estiveram abaixo de 60% de cobertura, onde destaca-se Salvador (23,13%). Até 2019 houve incremento na frequência de capitais que apresentavam cobertura vacinal acima de 95%, 8 capitais no período, mas desde 2020 apenas Belo Horizonte (96,03%) conseguiu tal feito. Salvador destaca-se com os menores índices de todo o período analisado no ano de 2020, com cobertura de D1 em 25,89% e D2 em 20,5%.

**Conclusão:** O presente estudo identificou que a cobertura vacinal das duas doses da Tríplice Viral seguiu uma tendência de crescimento em todas as regiões entre os anos de 2017 e 2019. No entanto, essa propensão foi interrompida por uma acentuada queda dos números em 2020, período que coincide com início da pandemia de COVID-19, com destaque para as capitais da região centro-oeste e a capital baiana. Infere-se que as complexidades que envolveram a pandemia interferiram na adesão às campanhas de vacinação no Brasil. Contudo seu incentivo é fundamental para que se evitem surtos de agravos previsíveis.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102506>

EP-072

#### FATORES ASSOCIADOS À CRENÇA NO EFEITO DA VACINA DO HPV SOBRE INÍCIO DE PRÁTICAS SEXUAIS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Maria Eduarda Muniz Soares,  
Sofia Natalia Ferreira-Silva,  
Ricardo Vasconcelos, Carolina Barbieri,  
Luiz Fujita Junior, Tainah Ferreira Matos,  
Marcia Couto, Vivian I. Avelino-Silva

Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert  
Einstein (FICSAE), São Paulo, SP, Brasil

**Introdução:** Crenças equivocadas são associadas a menor adesão às recomendações de vacinação para diversas doenças imunopreveníveis. A identificação de fatores

associados a tais crenças a respeito de vacinas é fundamental para priorizar ações de informação e educação para populações específicas.

**Objetivo:** Investigar fatores sociodemográficos associados à crença de que a vacina do HPV pode induzir a criança a começar mais cedo a vida sexual.

**Método:** O Estudo DEBRA coletou informações demográficas, dados sobre intenção de vacinação e atitudes/crenças em relação a vacinas no Brasil utilizando um questionário de autopreenchimento com recrutamento por mídias sociais. Participantes foram convidados a opinar a respeito da afirmação: “A vacina contra o HPV, que é dada a meninas e meninos a partir de 9 anos, pode induzir a criança a começar mais cedo a vida sexual”, respondendo com as alternativas “concordo”, “não concordo nem discordo”, “discordo”, “não sei” e “não quero declarar”. Fatores sociodemográficos associados à não discordância em relação a essa afirmação foram investigados com análises univariadas e análise com ajustes múltiplos utilizando modelos de Poisson modificados.

**Resultados:** Entre agosto/2021 e janeiro/2022, 6.769 participantes forneceram consentimento, dentre os quais 4.577 forneceram respostas à pergunta de interesse e foram incluídos nessa análise; 46 declararam concordar com a afirmação e um total de 360 (8%) não discordaram da afirmação. Gênero masculino, idade acima de 45 anos, escolaridade mais baixa e religiões católica, evangélica e espírita foram associadas a maiores prevalências de não discordância. Em modelo incluindo gênero, idade, cor da pele, escolaridade e religião, o gênero masculino, idade mais elevada, menor escolaridade e religiões católica e evangélica permaneceram com associação estatisticamente significativa com maior prevalência de não discordância em relação à afirmação de que a vacina do HPV pode induzir a criança a começar mais cedo a vida sexual.

**Conclusão:** Estratégias de informação e educação para esclarecer crenças equivocadas associadas ao uso de vacinas devem ser implementadas para reduzir a hesitação e melhorar a cobertura vacinal. Nossos resultados sugerem que homens, pessoas mais velhas, com menor escolaridade e adeptas de religiões católica e evangélica devem ser priorizadas na implementação dessas estratégias.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102507>

EP-073

#### SITUAÇÃO VACINAL CONTRA HEPATITE B ENTRE OS RESIDENTES DE MEDICINA VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRABALHO COM EXPOSIÇÃO A MATERIAL BIOLÓGICO

Inajara de Cassia Guerreiro,  
Fernanda Sucasas Frison,  
Herling Gregório Aguilar Alonzo,  
Elaine Cristina Paixão de Oliveira

Centro de Saúde da Comunidade (CECOM),  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),  
Campinas, SP, Brasil

**Introdução:** A hepatite B destaca-se entre os tipos existentes de hepatites viis devido à alta transmissibilidade e as

diferentes vias de contágio, dentre elas à exposição a agulhas ou outros instrumentos cortantes contaminados com material biológico. O risco de infecção pelo vírus da hepatite B (VHB) após uma única exposição é significativamente maior quando comparado ao risco do vírus HIV e da hepatite C. Qualquer indivíduo pode ser exposto ao VHB, no entanto existem grupos nas populações que apresentam risco aumentado, como os profissionais de saúde, que estão em constante exposição durante as atividades laborais.

**Objetivo:** Analisar a cobertura vacinal contra hepatite B e a presença do anticorpo anti-HBs entre os residentes de medicina vítimas de acidente de trabalho com exposição a material biológico, em um complexo hospitalar universitário da cidade de Campinas, interior de São Paulo.

**Método:** Estudo descritivo, retrospectivo, quantitativo baseado na análise dos dados das fichas de notificação (n = 880) dos acidentes registrados pelos residentes de medicina, no período de 2011 a 2020.

**Resultados:** As mulheres foram as que mais se acidentaram com 53,7% da amostra. Em relação às características dos acidentes, 81,4% ocorreu devido à exposição percutânea, o sangue foi o material orgânico mais envolvido em 91% dos casos, e as circunstâncias mais registradas que levaram ao acidente foram os procedimentos cirúrgicos e suturas, com 53,40%. Quanto ao estado vacinal contra a hepatite B, 99,2% declararam ter o esquema vacinal completo (03 doses), e a presença do anti-Hbs reagente (valor igual ou superior a 10 mUI/mL) foi detectado em 91%. O uso da Imunoglobulina Hiperimune contra a Hepatite B foi necessária em um caso, devido o residente de medicina apresentar anti-HBs não reagente, e o acidente com um paciente fonte positivo para Hepatite B.

**Conclusão:** Os achados demonstram que, apesar do risco de contaminação para o vírus da hepatite B associados ao acidente, os profissionais estavam protegidos devido a elevada cobertura vacinal e com comprovação da imunidade. A vacinação contra o VHB constitui-se como fator fundamental no impedimento da infecção ocupacional. A elevada adesão dos residentes de medicina à vacinação contra o VHB verificada tem como possíveis hipóteses: facilidade de acesso aos serviços de saúde, gratuidade da vacina, baixa resistência do público em aderirem às medidas de proteção, e a exigência de comprovação vacinal no ato da matrícula no Programa de Residência Médica presente na instituição.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102508>

EP-074

#### PLANEJAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CAMPANHA DE IMUNIZAÇÃO CONTRA A COVID-19 REALIZADOS PARA A COMUNIDADE INTERNA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) PELO CENTRO DE SAÚDE DA COMUNIDADE (CECOM)

Rose Clelia Grion Trevisane,  
Luciane da Silva Antunes, Maria Cristina Stolf,  
Leila Tassia Pagamicce, Edite Kazue Taninaga,  
Inajara de Cassia Guerreiro,